



Junta de Freguesia de Alcântara

Exm^a Senhora

Arqt^a Helena Roseta

Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa

Av^a de Roma n^o14-P 2^o

1000-265 Lisboa

Sua Referência: OF/0128/AML/18

Sua data: 05.02.2018

N^o Of: 75/2018

Data: 09.02.2018

Class: 26.2.1

Assunto: Pedido de esclarecimento sobre o conteúdo da Petição 15/2017 – Em prol de Salvar o Palacete na Rua dos Lusíadas 15-17, em Alcântara, de demolição para dar lugar a alojamento turístico.

Em resposta ao pedido de esclarecimento sobre o conteúdo da Petição 15/2017 – Em prol de salvar o Palacete na Rua dos Lusíadas 15-17, em Alcântara para dar lugar a alojamento turístico, vem a Junta de Freguesia de Alcântara declarar;

1 – A história, gastronomia, modernidade e arquitetura da cidade são, para além de um motivo de orgulho dos Lisboaetas, pontos essenciais de interesse que fazem com que centenas de milhares de pessoas escolham Lisboa para passar férias.

2 – O turismo representa hoje para Lisboa uma fonte inestimável de riqueza, de criação de emprego e de mais-valias para os lisboetas e para o tecido empresarial da cidade.

3 – O património arquitetónico da cidade é essencial para a continuidade da aposta que Lisboa fez em cativar mais visitantes e na melhoria das condições de vida dos Lisboaetas.

4 – A manutenção e recuperação de património arquitetónico deve ser condição essencial para a aprovação de qualquer pedido de licenciamento que vise demolir, recuperar ou reabilitar qualquer edifício cuja história ou arquitetura o justifique.

5 – O Palacete da Rua de Lusíadas 15-17 da Rua dos Lusíadas justifica, pela sua história e pela relevância da empresa que ali se instalou, que seja tido em conta o património arquitetónico do edifício, quer do exterior, quer do interior do mesmo.



Junta de Freguesia de Alcântara

6 – Acredita a Junta de Freguesia ser possível, à semelhança do que sucedeu com outros projetos de reabilitação em Lisboa, conciliar o destino para fins de turísticos de imóveis, com a manutenção e preservação do património arquitetónico da cidade.

7 - Não sendo possível a conciliação de qualquer projeto que surja para o edifício, com a reabilitação e manutenção do seu traçado arquitetónico, não deve o mesmo ser aprovado. Deve, adicionalmente, a Câmara Municipal de Lisboa equacionar a sua compra de forma a garantir a preservação do imóvel.

Com os melhores cumprimentos

O Presidente

Davide Amado